



ÁREA TEMÁTICA: Desporto, Turismo e Lazer

O Ensino Turismo: competências e habilidades na formação politécnica: o caso de Portugal e Brasil (Entre a lógica da diferenciação funcional e da hierarquização simbólica)

CARVALHO E SILVA, Willame

Mestre em História da Educação (Ufc - Brasil)

Doutorando em Sociologia

Iscte – Uema

willamecarvalho@hotmail.com

Resumo

O estudo em questão pretende apresentar duas perspectivas de abordagem do ensino politécnico em Portugal: enquanto possibilidade de ser tratado enquanto diferenciação funcional ou constituir-se em uma hierarquização simbólica. A ideia de diferenciação funcional remete à teoria de Niklas Luhmann, no qual enfatiza que a sociedade se divide em sub-sistemas que assumem funções específicas na reprodução da sociedade.

Por outro lado, a lógica da hierarquização simbólica, onde o ensino politécnico é visto como uma *espécie de par menos glorioso, relegado àqueles que não possuem suficiente capital* (Bourdieu: 1999, 95), sendo um sistema hierarquizado a partir de trajetórias alternativas que foram rejeitadas ou abandonadas. Tal perspectiva encara o ensino politécnico enquanto processo pelo qual coletividades sociais procuram maximizar recompensas, restringindo o acesso a recursos e oportunidades, limitadas a um círculo de eleitos (Weber in Parkin, 1979, 44). Enquadrar o ensino superior politécnico e universitário em Portugal enquanto possibilidade de explicação compreensão a partir das teorias da diferenciação funcional e da hierarquização simbólica é um desafio, no qual o presente estudo se propõe.

Palavras-chave: Diferenciação Funcional, Hierarquização Simbólica, Ensino Politécnico, Sistema Dual





O estudo do estado e da sociedade portuguesa deve ser feito, hoje mais do que nunca, tendo em vista a posição de Portugal no sistema mundial, ou seja, no sistema interestatal e na divisão internacional do trabalho, tal como eles se configuram e articulam no interior da economia capitalista à escala mundial (Santos, 1990: 105).

Toda a minha actividade científica se inspira, com efeito, na convicção de que não podemos apreender a lógica mais profunda do mundo social a não ser mergulhando na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada (Bourdieu, 1997: 4)

Introdução

Em Portugal, o sistema dual implementado no ensino superior desperta muito interesse e muitos debates, por proporcionar uma diversidade de posicionamentos em relação à sua implementação na prática educacional e por influenciar directamente a distinção social.

A proposta do estudo sobre o Ensino Politécnico em Portugal pretende apresentar duas perspectivas de abordagem de tal modalidade de educação superior em Portugal: enquanto possibilidade de ser tratado como diferenciação funcional e, por outro lado, enquanto possibilidade de se constituir espaço de hierarquização simbólica.

1. Diferenciação e Hierarquização: contextualização teórica

A ideia da diferenciação funcional remete à teoria de Niklas Luhmann (1990). Este enfatiza que a sociedade se divide em subsistemas que assumem funções específicas na reprodução da sociedade. No contexto da educação, considera que tanto pior como melhor resultados devem ser buscados fora do contexto educativo. A unidade não deve estar na busca de um ideal de formação, e sim nas relações/interacções entre codificação e programação. Para ele:

La unidad de un sistema – a nivel de estructuras – radica en las funcionalmente específicas codificación y programación. En otras palabras el sistema educativo se diferencia de otros sistemas funcionales por la forma en que aplica sus propios programas a la hora de repartir mejores o peores posiciones (Luhmann, 1990: 57).

Luhmann enfatiza que o critério de selecção é tomado pelo indivíduo que, de forma autónoma quanto a si mesmo, está submerso no sistema que determina e decide, a partir do código de diferenciação e da programação, a inclusão social ou não do sujeito, dada pela carreira e posição no sistema escolar, dependendo tanto dos recursos individuais como dos condicionamentos externos. (idem, 58s)

A organização do sistema de ensino superior português enquanto possibilidade de subsistemas de formação científica e profissional, na perspectiva da diferenciação funcional, tem como referencia a Lei nº 5/73, de 25 de Julho, diploma que define que o “ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico, ratificada actualmente pela Lei nº 63/07, de 20 de Setembro. A legislação actual estabelece que o ensino superior deve organizar-se num sistema binário, sendo o ensino universitário



orientado para a formação científica e investigação e o ensino politécnico deve juntar esforços para a formação vocacional e em formação técnica avançada, orientada profissionalmente (art. 3º da Lei nº 63/07).

Tal estrutura surge enquanto possibilidade de diversificação e diferenciação:

Num sistema de ensino superior dominado pelos padrões, valores e métodos universitários, o problema central do sistema não universitário é de adquirir um perfil distinto do das universidades e estabelecer a sua credibilidade numa base diferente, para obter o prestígio social que garanta o seu desenvolvimento. A tentativa de emular as universidades sem ser capaz de o conseguir deve ser evitada a todo o custo, o que poderá conseguir-se reforçando as características específicas das instituições não universitárias, adoptando padrões diferentes quanto às matérias ensinadas, aos padrões de admissão, aos métodos de ensino, ao perfil do corpo docente, à relação com o mundo do trabalho, etc.ⁱ

Por outro lado, a lógica da hierarquização simbólica, pelo qual o ensino politécnico tem sido visto como uma espécie de par menos glorioso, relegado àqueles que não possuem suficiente capital (Bourdieu: 1999, 95), tem correspondido a um sistema hierarquizado com base em trajectórias alternativas que foram rejeitadas ou abandonadas. Tal perspectiva encara o ensino politécnico enquanto processo pelo qual algumas colectividades sociais procuram maximizar recompensas, restringindo o acesso a recursos e oportunidades, limitadas a um círculo de eleitos (Weber in Parkin, 1979, 44).

No que diz respeito à estratégia de exclusão, Parkin afirma que se trata de uma tentativa por parte de grupos tradicionais de assegurar para si uma posição privilegiada em detrimento de alguns outros grupos “excluídos”, através de um processo de subordinação. Cria-se assim um estrato legalmente inferior, o qual não permite o acesso a “privilégios” que são restritos a hierarquias superiores. Tratam-se, pois, de exclusão e usurpação – formas de encerramento social. (Parkin, 1979: 45).

O autor considera que a estratégia de exclusão é o modo predominante de encerramento em todo o sistema estratificado que, além de excluir, também consegue fechar o acesso às outras formas de recompensas e oportunidades. Tal estratégia de usurpação varia em escala e permite uma distribuição marginal para os excluídos.

Parkin destaca que a qualificação académica tornou-se, na sociedade moderna, um dos principais dispositivos no qual a classe dominante tem a tendência de perpetuar-se no poder. As credenciais académicas constituem uma forma eficiente destinada a controlar e vigiar a entrada de indivíduos em posições chave na divisão do trabalho (1979: 47)

Giddens (1975) aborda a mesma questão, quando faz referência às fontes de diferenciação entre indivíduos de uma mesma classe (média), sendo considerado o mais importante tipo de diferença a que ocorre entre o oferecimento de habilidades simbólicas reconhecidas e especializadas e o oferecimento de habilidade simbólica geral (1975: 227).

Trata-se da prática de “fechamento” de oportunidades de exercício de certas actividades profissionais por parte de um grupo, submetendo a certos constrangimentos e restrições todos aqueles que pleiteiam o acesso a certos “privilégios”.



Enfatiza-se aqui a questão da mobilidade e da meritocracia, relacionado ao mecanismo de fechamento em que aqueles (poucos) que chegam cargos considerados privilegiados, por meio de seu talento, “fecham” as portas atrás de si logo que tenham alcançado o seu status (Estanque: 2008, p. 9)

As oportunidades escolares contribuem, afirma Bourdieu, para estabelecer a imagem social dos estudos superiores que está objectivamente inscrita num tipo determinado de condição social; conforme o acesso ao ensino superior é colectivamente sentido, mesmo de maneira difusa, como um futuro impossível, provável, normal ou banal, é toda a conduta das famílias e dos filhos que varia porque tende a regular-se pelo que é “razoavelmente” permitido esperar. (Bourdieu e Passeron, 1970: 294).

Randall Collins aborda o fenómeno do fechamento das profissões e ocupações, afirmando que tal fechamento passa pelas associações profissionais, que assumem a função de controlo do exercício profissional, mantendo, juntamente com o Estado, competência para a formação de novos membros, reservando-se no direito de julgar o desempenho de seus pares, mantendo o controlo de todas as acções relativas ao comportamento profissional, com poderes para manter ou afastar seus membros, mediante um rigoroso código de ética e outros mecanismos de defesa da profissão. (1979:132)

Trata-se de um grande poder nas mãos das Associações de Classe, tendo como base um código de ética e uma legislação que assegura a estas plenos poderes diante da profissão, em que alega exercer suas actividades em favor do bem comum da categoria, de forma desinteressada, em favor de um exercício profissional baseado na competência e no bom desempenho, coibindo práticas comerciais condenáveis eticamente.

Para o autor, o aumento do número de associações profissionais é uma forma de auto-regulação da sociedade, com o aval do Estado, com competência exclusiva para validar a formação profissional e proceder normas de comportamentos e critérios de punição dos membros das ordens profissionais, além de promover a restrição do exercício a quem não possui as “habilidades”. (1979: 133).

Na concepção funcionalista, as profissões estariam na estrutura social entre os indivíduos e o Estado. Parsons destaca que esta função mediadora das profissões poderiam ser vistas como “mecanismos de controlo social”, com uma posição de independência. “Essa posição independente repousa na institucionalização da sua própria tradição, no equilíbrio interesses, na integração com outras estruturas da sociedade que são relativamente independentes, nomeadamente, as universidades.”(1952, 279)

As universidades assumem cada vez mais um papel estratégico na organização das profissões, sendo que as profissões tradicionais buscam assegurar os espaços conquistados ao longo dos séculos, criando fortes barreiras para a repartição de certos “privilégios”.

Mais recentemente, Eliot Freidson aborda com propriedade a temática das profissões, enfatizando que a escolarização universitária é uma das características fundamentais para a consolidação de uma profissão moderna. A estruturação profissional exige além da formação académica, o agrupamento em corporação. Destaca também que tal corporação deve fazer valer o poder de determinar as qualificações, o número de candidatos a serem treinados para a prática profissional, o conteúdo a ser ministrado, os requisitos para a conclusão satisfatória do treinamento, as exigências mínimas para o recebimento de autorização para o exercício profissional, os termos e as condições e as metas a serem consideradas pelo conjunto dos membros da profissão (1998: 68).

A ideia de fechamento é abordado por Freidson, ao enfatizar que uma profissão pode ser mais que uma ocupação à qual se juntou prestígio devido ao seu corpo de conhecimento formal. Ela pode ser também uma ocupação de trabalho beneficiária de “fechamento social” de sinecuras de abrigos no mercado de trabalho (1986: 34).

Trata-se de formas estratégicas de controlo ocupacional de trabalho, no qual tanto o espaço académico como o espaço das organizações de classe possuem funções bem definidas e estratégicas para garantir formas de fechamento e controlo sobre as profissões.



A ênfase no conhecimento é a base para a distinção entre profissão e ofício. Para o autor, os ofícios são especializações criteriosas baseadas principalmente na experiência e no treinamento prático extensivo que empregam conhecimento, sobretudo práticos. Já o trabalho das profissões se diferencia do trabalho dos ofícios por ser uma especialização criteriosa teoricamente fundamentada, estruturada nos métodos de controle do treinamento vocacional, adquirido no espaço académico. (1996: 5)

Sendo a formação teórica e sistematizada academicamente o grande diferencial entre profissão e ofício, o espaço académico torna-se elemento fundamental, reforçando sempre a primazia da teoria sobre a prática.

“Uma adequada teoria das profissões e da profissionalização requer que se preste estreita atenção aos processos políticos pelos quais as ocupações obtêm que o Estado lhes conceda direito exclusivo para desempenhar certas tarefas, para recrutar e educar os seus membros, para dar ordens a outras ocupações e para definir em que consistirá seu trabalho” (Freidson, 1978: 9-10).

Trata-se de um poder estratégico que as ordens profissionais assumem para garantir um controlo e um fechamento em determinados espaços de trabalho tradicionais, evitando o acesso de novos personagens em tais espaço. Trava-se então fortes combates, onde o Estado é chamado a intervir e regular, estabelecendo zonas de actuação e critérios de acesso

2. Os engenheiros

Estudar a especificidade da formação do engenheiro a partir de aspectos relacionados à diferenciação ou hierarquização nos subsistemas de ensino politécnico e universitário remete-nos a algumas reflexões interessantes.

Alguns autores abordam aspectos relacionados à questão.

Segundo Collins, os engenheiros constituem o maior grupo de profissionais nas sociedades modernas, tendo em suas origens ausência de uma nítida linha divisória entre engenheiros, técnicos, mecânicos e demais profissionais ligados ao trabalho industrial (1979:139).

A dualidade presente no ensino superior em Portugal, especificamente no contexto das engenharias, pode ser percebido a partir da ideia da origem profissional, apresentada por Collins: com dupla origem profissional, os engenheiros flutuam em torno da competência do cavalheiro-empresário e os técnicos e trabalhadores qualificados. O surgimento da profissão de engenheiro contém uma certa ambiguidade baseada na dificuldade em separar seus dois componentes internos. (idem:174).

A função tradicional do engenheiro aproxima-se ao conceito de white-collar, dentro das organizações, constituindo uma classe de serviços que fornece uma ponte entre os governantes e os governados. (Giddens, 1979: 228) Trata-se de ser ou fonte de homogeneização ou diferenciação.

Ritti e Goldner (in Rodrigues, 2002) fazem a distinção entre a carreira do engenheiro e do engenheiro técnico, considerando que esse último só parcialmente cumpre os requisitos do modelo profissional, que requer autonomia no exercício da actividades, presença de carreira na especialidade, influência e responsabilidade. Outros aspectos estão relacionados à igualdade de status, à remuneração e poder, uma vez que não é atribuído na carreira técnica o poder de gerir recursos, de executar objectivos alternativos, aspectos importantes na performance profissional. Trata-se de, eventualmente, ser considerado uma carreira mal sucedida, identificado como profissional que não obteve sucesso (2002: 28).



3. A formação do engenheiro em Portugal

Rodrigues (1999) destaca que em relação às condições de acesso, há uma menor atracção dos alunos pela fileira do ensino politécnico, acabando por ficar aí colocados aqueles que obtêm menores classificações nas provas de acessoⁱⁱ.

Em relação aos factores que influenciam a escolha dos curso/escolas dos estudantes dos cursos superiores de engenharia (Rodrigues, 1999: 160), indicam que as motivações dos estudantes de engenharia do ensino universitário apontaram o prestígio do curso (53%) e o prestígio da escola (44%). Já os estudantes dos institutos politécnicos apontaram a facilidade de acesso (53%) e a proximidade da residência (45%),

Como enfatiza Bourdieu, o crescimento ligeiro das oportunidades para os filhos das classes populares terem acesso à Universidade foi, de qualquer modo, compensado por um reforço dos mecanismos que tendem a relegar os sobreviventes em certas faculdades (1970, 300).

Trata-se de uma compensação estratégica dos candidatos ao ensino politécnico, não muito consistente, pois atribui importância à proximidade da residência em detrimento do valor e prestígio do curso e da escola.

Sobre qualificação, Augusto Santos Silva destaca que o ritmo da expansão das qualificações académicas em Portugal é superior ao ritmo de desenvolvimento da qualificação dos postos de trabalho, provocando uma “sobre qualificação”, ou seja, o excesso de qualificação académica de muitos dos seus ocupantes, além de uma resistência a inadaptação de jovens escolarizados a condições subalternas de trabalho; desemprego de jovens academicamente qualificados; hiatos importantes entre qualificações académicas e qualificações profissionaisⁱⁱⁱ (Silva 2002: 114).

No contexto do ensino superior, o título de licenciado sempre foi desejado pelos graduados, obtendo maior prestígio e melhores postos de trabalho remunerado.

Bourdieu destaca que a entrada de fracções da classe popular, até então fracas utilizadoras da escola, na corrida e na concorrência pelo título escolar, tem tido como efeito obrigar as fracções da classe de elite, cuja reprodução era assegurada principal ou exclusivamente pela escola, a intensificar seus investimentos para manter a raridade relativa de seus diplomas e, correlativamente, sua posição na estrutura de classes. Nesse caso, tanto diploma, como o sistema escolar que o confere, tornam-se objectos privilegiados de uma concorrência entre as classes que engendra um crescimento geral e contínuo da demanda por educação e uma inflação de títulos escolares (Bourdier, 1999: 148).

Fonseca destaca que a divisão social do trabalho e o processo que dela se gera, têm sido tradicionalmente responsabilizados pela formação e estruturação das classes (2003: 66).

4. Considerações

Augusto Santos Silva (2006:101) destaca que é importante o recurso à investigação empírica sociológica para um esclarecimento permanente sobre caminhos possíveis de definição e concretização de políticas públicas animadas pela busca de maior democratização e maior justiça social.



O ensino superior politécnico tem se revelado um instrumento estratégico e capaz de promover uma transformação significativa, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo no actual modelo de ensino superior em Portugal, com sua vitalidade verificada durante toda a sua existência, contribuindo para manter o país num espaço de destaque no que tange ao incremento de vagas no ensino superior no contexto da União Europeia.

Com a experiência do ensino superior dual em Portugal, tendo como duplo componente a questão relacionada à diferenciação funcional e a hierarquização simbólica, tais aspectos levantam desafios que remetem a algumas reflexões:

A possibilidade de uma combinação entre as tensões existentes entre os modelos de diferenciação e hierarquização. Em algumas circunstâncias, o ensino politécnico funciona como uma espécie menos gloriosa, destinado àqueles que não tiveram oportunidades nas instituições mais conceituadas, seleccionados a partir da prática do “fechamento de oportunidades”, visando garantir o privilégio para uma minoria. Noutras circunstâncias, trata-se de um modelo funcional, organizando-se de acordo com recursos individuais e condicionamentos externos, harmonizando-se para garantir a diferenciação e o aumento da diversidade.

Até que ponto o ensino politécnico faz parte de uma estratégia por parte de grupos tradicionais de assegurar para si uma posição privilegiada em detrimento de alguns outros excluídos?

Ou, contrariamente a tal argumento, será o ensino politécnico uma estratégia de diferenciação institucional e estatal, como parte do desenvolvimento do mercado de trabalho, a partir do surgimento de novas habilidades e novas exigências do mercado em expansão, capaz de absorver e potencializar novas profissões e novos profissionais?

Apesar da preocupação em dotar o ensino superior de um padrão de excelência nos dois sistemas de ensino em Portugal, há uma distinção significativa de valorização e de prestígio do ensino universitário em relação ao politécnico, presente principalmente no contexto da escolha do curso e da instituição.

O incremento na retomada de novos públicos para o ensino superior em Portugal é um desafio que envolve novas estratégias de investimento público e privado, além de exigir novas formas de recrutamento do público estudantil.

O Processo de Bolonha trouxe para o debate do ensino superior a questão da diferenciação e da hierarquização. Gerir essas questões no âmbito local e geral, envolvendo o ensino politécnico e universitário, é um exercício interessante, incorporando novas questões para o debate em torno da autonomia e da excelência do ensino superior em Portugal.

A presença do sistema politécnico em todos os distritos de Portugal e nas regiões autónomas garante uma certa democratização da educação superior, funcionando como forte instrumento de estabilização e qualificação de mão-de-obra altamente qualificada no contexto regional. Conciliar a tensão entre o contexto da hierarquização e da diferenciação é uma proposta que será aprofundada no decorrer desta pesquisa.

Visualiza-se, também, um fortalecimento da política de urbanização e predominância do ensino superior universitário no litoral e região centro e norte do país, como para de uma política de racionalização do ensino superior público, com a extinção ou cisão, integração ou fusão de instituições universitárias e politécnicas, bem como a alteração do número de novas admissões, já visualizada nos contextos das instituições públicas nos recentes anos lectivos.

Os novos estatutos legais do ensino superior, trazem inovações estruturais importantes tanto no que tange à aspectos ligados às teorias da diferenciação como da hierarquização, no contexto de Bolonha, a saber:

a) Clara delimitações das atribuições de cada sistema de ensino, reforçando o sistema binário de forma inequívoca, com um ensino politécnico concentrado em formações profissionais e formações técnicas



avançadas, e o ensino universitário a reforçar a oferta de formações científicas sólidas e especialmente de pós-graduações, juntando esforços e competências de unidade de ensino e de investigação.^{iv}

b) A possibilidade do ensino politécnico ministrar programas de mestrados, bem como a possibilidade de cursos de doutoramento, através de parcerias com universidades;

c) Unificação de iguais atribuições para os dois subsistemas, no âmbito da vocação própria de cada um;

d) A unificação dos sistemas de ciclos, com o modelo 3 + 2 + 3, representando um grande passo para a construção do espaço europeu do ensino superior.

5. Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre & Passeron, Jean Claude. (1970) *A Reprodução*. Lisboa: Editora Vega.

BOURDIEU, Pierre. (1997) *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras; Celta Editora.

BOURDIEU, Pierre (1999) *Escritos de Educação*. Petrópolis, Vozes.

ESTANQUE, Elísio. Classes, precariedade e ressentimento. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/238/238.pdf> . acesso em 22.04.2008

FONSECA, M..M.V. (2003). *Educar Herdeiros. Práticas Educativas da Classe Dominante Lisboeta nas Últimas Décadas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

FREIDSON, E. 1978. *La Profesión Médica*. Barcelona: Ediciones Península.

FREIDSON, E. (1986), *Professional Powers*. Chicago, The University of Chicago Press.

FREIDSON, Eliot. (1996) Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*: São Paulo: Anpocs, n 31, ano 11, jun. CD-Rom

FREIDSON, Eliot (1998). *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo. Ed. Usp.

GIDDENS, A. (1975). *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro, Zahar.



GIDDENS, Anthony (1989), *A Constituição da Sociedade*, São Paulo, Martins Fontes.

LUHMANN, Niklas & SHORR, Karl Eberhard. Presupuestos estructurales de una pedagogia reformista – Analisis sociologicos de la pedagogia moderna. In: *Revista de Educación*, 291, enero-abril, 1990. Madrid: Secretaria de Estado de Educación, p. 57.

OCDE. “Education at a glance: Ocde indicators”, 1992. in: Conselho de Reitores das Universidades de Portugal. *Repensar o Ensino Superior*. Disponível em:

http://www.meioclique.com/CRUP/repensar_ensino_sup_i.htm acesso em 25.04.2008.

PARKIN, Frank (1979). *Marxism and class theory*. London, Great Britain

PARSONS, T. (1952) A sociologist looks at the legal profession. In Parsons (1954) *Essays in sociological theory*. London: Free Press.

PORTUGAL. Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro (Regime jurídico das instituições de ensino superior. Disponível em: http://sigarra.up.pt/fpceup/legislacao_geral.ver_legislacao?p_nr=316 acesso em 26.02.2008.

RODRIGUES, Maria de Lurdes (1999). *Os engenheiros em Portugal*. Oeiras, Celta.

SANTOS, Boaventura S. (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (dir.) (2001-2002), *A Sociedade Portuguesa perante os Desafios da Globalização*, Porto: Edições Afrontamento, 8 vols.

SILVA, Augusto Santos (2002) *Dinâmicas Sociais do nosso tempo*. Porto, Edições Asa.

ⁱ OCDE "Education at a glance: OCDE indicators", 1992;

ⁱⁱ Idem, 156-157.

ⁱⁱⁱ Segundo o INE, em dezembro 2007, 39.627 jovens com diploma superior estavam inscritos nos centros de emprego e 43 mil licenciados a fazer trabalhos pouco ou nada qualificados.

<http://ummundoglobal.blogspot.com/2008/02/o-desemprego-nos-jovens-licenciados.html>

^{iv} http://www.mctes.pt/archive/doc/OCDE___Portugal.pdf